

| | | |
|---|---|---|
|  | Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa |  |
| Despacho | NP: 78k4hanh SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 10/02/2021 Projeto de lei nº 105/2021 Protocolo nº 744/2021 Processo nº 152/2021 | |
| Autor: Dep. Wilson Santos | | |

Dispõe sobre penalidades àqueles que burlarem a ordem de vacinação estabelecida pelo poder público.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas as seguintes penalidades para quem receber vacina, burlando, de qualquer modo, a ordem de vacinação estabelecida pelo Poder Público para o combate à situação de emergência em saúde pública de importância nacional causada pelo novo Coronavírus:

I – Impossibilidade de receber uma segunda dose da vacina antes da ordem estabelecida;

II - Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 05 (cinco) anos;

III – Proibição de ingressar em cargo, emprego ou função pública pelo prazo de 05 (cinco) anos;

IV – Pagamento de multa de 2.000 (dois mil) UPF/MT a 10.000 (dez mil) UPF/MT;

V – Perda da função pública, se aplicável.

Parágrafo único. Esta Lei não exclui as demais sanções de caráter penal, civil e administrativa aplicáveis ao infrator.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo penalizar aqueles que estão preterindo a fila dos grupos prioritários para receber as doses da vacina durante a situação de emergência em saúde pública no combate ao coronavírus (COVID-19), atropelando os planos oficiais do Ministério da Saúde e do Governo Estadual.

| | | |
|---|--|---|
|  | Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa |  |
|---|--|---|

A vacina finalmente foi desenvolvida para o combate ao novo coronavírus. Entretanto, as doses, até o presente momento, não são suficientes para imunizar toda a população brasileira, de forma que foi necessário estabelecer uma ordem de prioridade, vacinando-se primeiramente os grupos mais vulneráveis ao desenvolvimento de casos graves e aqueles que atuam na linha de enfrentamento à doença nos hospitais.

Curiosamente, deparamo-nos, nos jornais locais e nacionais, com diversos relatos de pessoas burlando a regra prioritária estabelecida e recebendo a vacina, fato que pode significar a morte de alguém mais propenso a desenvolver casos graves da infecção.

Assim, as pessoas que forem imunizadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos pelas autoridades públicas estarão praticando grave irregularidade, que ensejará responsabilização por meio de procedimentos administrativos, processos de improbidade administrativa e até mesmo persecução em processos criminais, podendo resultar em aplicação de multas e penas privativas de liberdade, tendo em vista as graves violações aos direitos fundamentais da coletividade.

Também os agentes públicos que forem comprovadamente flagrados por desvio de finalidade em razão do descumprimento da estrita observância programática e preferencial na aplicação de doses de vacinas contra o novo coronavírus incorrem em uma conduta altamente reprovável por violação aos preceitos constitucionais da legalidade, impessoalidade e moralidade, além de vários outros princípios da administração pública aos quais estão submetidos.

Pelas citadas razões, conto com o apoio desta Casa para a aprovação deste projeto.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 09 de Fevereiro de 2021

Wilson Santos
Deputado Estadual